

DESAFIOS DO ENSINO DE CATALOGAÇÃO NO BRASIL

*Eliane Serrão Alves Mey*¹, *Fernanda Moreno*²

¹Doutora, Departamento de Estudos e Processos Biblioteconômicos, Centro de Ciências Humanas e Sociais (UNIRIO), Rio de Janeiro, RJ

² Doutora, Professora Adjunta, Faculdade de Ciência da Informação (UnB), Brasília, DF

RESUMO

Os docentes de Catalogação no Brasil deparam-se com dilemas e desafios no ensino da área, sob diversos aspectos. Neste trabalho, em princípio, são questões a abordar: o conteúdo da(s) disciplina(s), o equilíbrio entre teoria e prática e o peso da matéria no conjunto curricular dos cursos de graduação em Biblioteconomia, assim como sua relação com outras áreas. A representação bibliográfica requer conhecimentos prévios para sua completa aprendizagem e compreensão, o que leva a questionamentos sobre a organização dos conteúdos e sobre o relacionamento com outras disciplinas ou matérias. Parece claro que a função de organizar e recuperar o conhecimento ainda é um dos dois fundamentos que distinguem e caracterizam a profissão de bibliotecário.

Palavras-chave: Ensino de Catalogação; ensino de Representação Bibliográfica; Catalogação - teoria e

ABSTRACT

The Brazilian cataloguing education faces dilemmas and challenges at the teaching of area, under several aspects. At this work, at first, the questions that will be treated are: the disciplines content, the balance between theoretical and practical aspects, and the weight of the matter in the curriculum conjunct of Library Science graduation courses, as its relation to other areas. The bibliographic representation demands preliminary knowledge to fulfill learning and comprehension, what brings to questioning about the area organization and the relationship to others areas of knowledge. It seems clear that the function of knowledge organization and recovering and/or access still is one of the two fundaments that distinguish and characterize the librarian profession.

Key-words: Teaching Cataloguing; bibliographic representation; Cataloguing – theory and practice

1. Introdução

A Catalogação pertence ao ensino de Biblioteconomia no mundo desde o século XIX, embora assumisse diferentes facetas ao longo do tempo. Segundo os textos basilares de Mueller (1985) e Castro (2000), a Catalogação entra no currículo brasileiro na primeira metade do século XX, a partir da década de 1930 no curso paulista e dos anos 1940 nos Cursos da Biblioteca Nacional. Anteriormente, nesses últimos, há uma disciplina denominada "Classificação", porém sem identificação de sua natureza, se apenas classificatória, ou abrangentemente catalográfica. Houve períodos de junção dos dois aspectos em uma única disciplina, ou sua total separação por décadas, até chegarmos ao último código, o RDA (*Resource Description and Access*, ou Recursos: Descrição e Acesso), que procura enlaçar novamente a descrição e os pontos de acesso de assunto. Observam-se idas e vindas nos currículos, no ensino, na visão quanto à matéria. Já foi valorizada, supervalorizada, ou desvalorizada, em diferentes momentos destas últimas sete décadas.

Podemos afirmar que a Biblioteconomia, hoje, caracteriza-se por dois saberes fundamentais: a organização dos registros do conhecimento e a mediação entre tais registros e os usuários. A Catalogação situa-se no primeiro fundamento, parte indispensável do mesmo.

À conta da internet, essa volta agora com força, uma vez que os leitores/usuários encontram-se bem longe da biblioteca física, esta por vezes inexistente mesmo. Por outro lado, a mesma internet e o aprimoramento das comunicações permitem que se diminua a elaboração de registros bibliográficos, uma vez que estes tornam-se amplamente compartilhados.

Porém, que catalogação queremos e da qual necessitamos? Como prever o ensino da matéria, neste universo em movimento e turbulência?

Como afirmou Briquet de Lemos quanto à editoração, podemos refletir que o futuro da catalogação:

será definido pelas mudanças que a tecnologia da informação e da comunicação vierem a impor [...]. Do mesmo modo que o advento da imprensa gutenberguiana impôs mudanças tecnológicas, econômicas, comportamentais e sociais há mais de 500 anos.

Este não é um trabalho de contestação, mas talvez de constatação. No dia-a-dia da atividade docente, deparamo-nos, muitas vezes, com percalços. As dificuldades podem residir em carência de recursos atualizados; na solidão do docente único na área; às vezes em muita informação e poucos saberes por parte dos discentes; além de certo preconceito e conseqüente baixa estima no ambiente profissional. Alguns grupos, que de fato desconhecem a área, consideram a Catalogação apenas um mundo de regras e códigos: tomam a parte pelo todo.

Terezinha Batista de Souza (2009), ao pesquisar o ensino de catalogação no Brasil e em Portugal, demonstrou que:

Todos os cursos de Biblioteconomia brasileiros que fizeram parte deste estudo procuram ensinar a catalogação em seu sentido amplo, ou seja, além da descrição bibliográfica capacitam o estudante a identificar e justificar a escolha e a forma dos pontos de acesso para nomes pessoais e coletivos. Relativamente aos novos desenvolvimentos teóricos da catalogação, mais precisamente os FRBRs, constatou-se que somente a UNESP e a UNIRIO já incluíram nos programas das disciplinas um *item* sobre esse assunto (2009, p. 308).

Levantamos, por meio da internet, 38 Escolas de Biblioteconomia no país. Dentre essas, acessamos currículos ou grades curriculares de 30 Cursos, sem maiores análises de ementas, exceto para dirimir dúvidas quanto a conteúdos. Pode-se afirmar, pela leitura da tese citada e por esse levantamento, que todos os Cursos de Biblioteconomia do país oferecem uma ou mais disciplinas de Catalogação, ou Representação Descritiva, como denominada pela maioria; geralmente, duas ou três disciplinas. No entanto, há diversidade de carga horária, com predomínio entre 150 e 180 horas-aula. Em síntese, demonstra-se que, desde sua introdução no ensino, a área de Catalogação permanece, independentemente do currículo em vigor.

A área permanece, porém não com a mesma face; aliás, como a nossa própria Biblioteconomia. Outras preocupações inserem-se nos estudos catalográficos, tanto de natureza teórica, como os modelos conceituais encontrados na família FRBR (*Functional Requirements for Bibliographic Records*, ou Requisitos Funcionais para os Registros Bibliográficos), como de mudança do foco para o usuário. Os Princípios Internacionais de Catalogação (2009), à semelhança de Cutter (1935 [original de 1904]), voltam-se às tarefas do usuário e não ao objeto em processo de representação. Essa guinada radical de enfoque nos permite maior amplitude, não na interpretação particular das normas catalográficas, mas na necessidade de registro dos elementos ou campos, de acordo com nossos usuários. Ressalve-se, antes de mais nada, que a estrutura da ISBD (*International Standard Bibliographic Description*, ou Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada) continua vigente. Se a

pontuação entre áreas faz-se supérflua, superada pela identificação dos campos nos formatos automatizados, dentro das áreas tudo continua igual.

E chega-se ao ensino nos dias de hoje. Primeiramente, há o aspecto de introdução da teoria nos currículos. Em segundo lugar, porém não menos importante, fica o indispensável conhecimento das normas em vigor. Por consequência, volta-se à dicotomia clássica: menos tecnicismo (leia-se "código de catalogação") e mais... o quê? Complementarmente, quais os conhecimentos prévios e conexos que esperamos dos alunos ou que os cursos devem oferecer?

Esses são os temas centrais da reflexão aqui apresentada. A próxima seção aborda a relação entre teoria e prática. Em seguida, discutimos os saberes complementares para formação do catalogador e concluímos o trabalho com os desafios aos docentes.

2. Revisão da literatura: Teoria e prática no ensino de Catalogação

Antes de entrarmos em nossas próprias idéias, recorremos a textos mais gerais e universais. Salientamos existir vastíssima bibliografia sobre o tema formação em *Library and Information Science (LIS)*. Salientamos, também, que o termo pode gerar diferentes traduções, uma vez que se tratou apenas do acréscimo *Information* à expressão *Library Science*. Rigorosamente, a Ciência deveria abranger tanto a Biblioteconomia como a Informação, significando que a Ciência da Informação não aboliu, em momento algum, a "Ciência da Biblioteca". No Brasil, diferentemente, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação encontram-se apartadas, identificadas pela expressão Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), cujos termos usam-se em conjunto ou separadamente.

Revimos primeiramente Audunson (2005), sobre a formação em *LIS/BCI* nos países nórdicos, para implantação do Processo de Bolonha, ao qual nos referiremos adiante. Seleccionamos Audunson, não apenas pela tradição biblioteconômica dos países nórdicos, como também pelo enfoque perfeitamente adequado à catalogação. Resumidamente e em livre tradução, um comitê formado por representantes dos países nórdicos, em 2004, chegou a um acordo sobre os seguintes pontos para a formação em *LIS/BCI*:

- "um completo entendimento da organização e recuperação do conhecimento e dos princípios e teorias" subjacentes aos respectivos sistemas;
- "um conhecimento sobre o conteúdo a ser adquirido, organizado e mediado, isto é, eles [sic] precisam ter conhecimento cultural e literário." O comitê considera que um mediador não pode trabalhar bem se conhece apenas a forma;
- "todos os sistemas de organização do conhecimento se constroem sobre pressupostos epistemológicos." Por sua vez, lida-se com uma realidade socialmente construída. O ensino de epistemologia e teoria do conhecimento desenvolve capacidades reflexivas e críticas de análise dos pressupostos epistemológicos encontrados em diferentes sistemas;
- desenvolvimento das capacidades do estudante para entender e analisar as instituições e práticas da Biblioteconomia e da Ciência da Informação em contextos sociais mais amplos. Mais significativo ainda, a nosso ver: "Como a *LIS/BCI* é formada pelo meio [sócio-cultural]? Como a *LIS/BCI* forma seu meio? Qual o papel social da profissão e como este papel é afetado pelas mudanças sociais."

Ainda segundo Audunson no texto citado (2005),

[...] porém, o ponto central aqui é que o comitê tentou identificar o conhecimento e as competências necessárias para uma prática profissional cientificamente embasada e desenhar um quadro de um profissional reflexivo, não apenas ensinado a repetir práticas estabelecidas, mas, baseado em entendimento científico, capaz de ir além delas, criticá-las, refiná-las, desenvolvê-las e descartá-las, se necessário.

Desnecessário dizer: a formação em LIS/BCI hoje desdobra-se no contexto de duas mudanças profundas: a digitalização e o crescimento da sociedade multicultural.

A Biblioteconomia norte-americana influi significativamente no ensino brasileiro de graduação da área, em especial sobre a representação bibliográfica. Permanece, inclusive, o uso em grande medida de instrumentos oriundos dos Estados Unidos, como os códigos de catalogação, a Classificação Decimal de Dewey, as listas de cabeçalhos de assuntos e os bancos de dados da *Library of Congress* e do OCLC (*Online Computer Library Center*). Portanto, cabe um parêntesis sobre dois textos a respeito da formação bibliotecária nos EUA.

Na contramão da realidade europeia, o estudo de Pattuelli (2010) demonstra as tendências dos cursos de Biblioteconomia credenciados pela *American Library Association* (ALA), ou seja, o foco na prática, agora modificada em razão do ambiente digital:

Em termos globais, os resultados indicam um perfil dos cursos de organização [do conhecimento] enraizado nas tradicionais práticas bibliográficas, mas que inclui métodos e técnicas visando aos recursos eletrônicos (por exemplo: metadados, linguagens de marcação, padrões de codificação etc.) e aplicáveis a diferentes sistemas de informação e ambientes (por exemplo, bibliotecas e arquivos digitais). Esses resultados sugerem que os cursos de organização começam a mover-se além das fronteiras institucionais em direção a uma ideia mais unificada de sistemas e serviços de informação. (PATTUELLI, 2010, p. 819)

A própria *American Library Association* (ALA), entidade responsável pelo reconhecimento dos cursos nos Estados Unidos, apresenta as competências básicas da Biblioteconomia (2009). Textualmente:

Este documento define o conhecimento básico a ser adquirido por todas as pessoas que se formam em um programa de mestrado em estudos de biblioteca e informação reconhecido pela ALA.

[...]

CONTEÚDOS

1. Fundamentos da Profissão
2. Recursos Informacionais
3. Organização do Conhecimento e da Informação Registrados
4. Conhecimento e Habilidades Tecnológicas
5. Serviços de Referência e Usuários
6. Pesquisa
7. Educação e Aprendizagem Continuadas
8. Administração e Gestão

O terceiro tópico, relativo à organização do conhecimento, reforça as conclusões encontradas por Patuelli acima:

3. Organização do Conhecimento e da Informação Registrados
 - 3A. Os princípios envolvidos na organização e representação do conhecimento e da informação registrados.
 - 3B. As habilidades de desenvolvimento, descrição e avaliação necessárias para organizar os recursos de conhecimento e de informação registrados.
 - 3C. Os sistemas normalizados e métodos de catalogação, metadados, indexação e classificação, usados para organizar os recursos de conhecimento e de informação registrados. (ALA, 2009)

Muito já se falou e se escreveu sobre o Processo de Bolonha, ou Protocolo de Bolonha, um acordo entre os Ministérios da Educação dos países integrantes da União

Européia (UE), para internacionalização e compatibilidade entre as instituições de ensino superior da UE. Tal acordo obrigou à revisão geral de todos os currículos e cursos, de todas as áreas do conhecimento, e gerou inúmeras publicações nacionais, de grupos lingüísticos, entre outros grupos. Em 2005, publicou-se o relatório sobre *LIS/BCI: European curriculum reflections on Library and Information Science*, deixando uma visão clara do que seja a profissão, assim como dos conhecimentos, atitudes e competências necessários, a desenvolver na formação profissional. Segundo o relatório, a formação profissional deve iniciar-se no bacharelado e seguir até o doutorado, embora possa continuar indefinidamente.

Sumarizamos apenas, em tradução livre, trechos dos capítulos que nos interessam diretamente, ou seja, aqueles relativos ao Letramento Informacional e à Organização do Conhecimento.

Quanto ao Letramento Informacional, redigido por Virkus e outros no citado relatório (2005), o grupo apresentou várias definições, considerando-as igualmente válidas, das quais selecionamos uma, do CILIP (*Chartered Institute Of Library and Information Professionals*, Inglaterra):

Letramento informacional é saber quando e como se necessita informação, onde encontrá-la e como avaliá-la, usá-la e comunicá-la de modo ético" (CILIP, 2005, *apud* VIRKUS et al., 2005, p. 66).

O grupo concluiu que os profissionais bibliotecários e da informação "também possuem uma função específica no processo pelo qual as pessoas se tornam letradas informacionais" (*ibidem*, p. 68). Assim:

Sustentou-se que sejam essenciais aos estudantes de *LIS/BCI*:

1. Estarem cientes do letramento informacional como um conceito;
2. Tornarem-se eles próprios letrados informacionais;
3. Aprenderem alguns aspectos-chave sobre o ensino do letramento informacional.

A nosso ver, o letramento informacional torna-se indispensável à catalogação, tanto para o catalogador como para o usuário, cabendo ao profissional criar os meios necessários à compreensão sobre o uso dos catálogos e bibliografias, entre outros instrumentos, por seu público.

"Organização do Conhecimento", para o grupo redator do tópico (BROUGHTON et al., 2005, p. 133), define-se:

Organização do Conhecimento (*KO/OC*), em sentido estrito, é sobre sistemas de organização do conhecimento (*KOS/SOC*), tais como: registros bibliográficos, sistemas de classificação (por exemplo: CDD, LCC e CDU), tesouros, redes semânticas; e sobre processos de organização do conhecimento, tais como: classificação, descrição do documento, "catalogação descritiva", indexação e análise de assunto.

Os autores relatam diferentes abordagens ao significado de organização do conhecimento. Ressaltam, também, que se deveria buscar uma terminologia clara, "na qual se utilizariam termos diferentes se significassem coisas diferentes [...]" (*ibidem*, p.141). Não há dúvidas sobre o papel central da organização do conhecimento no ensino de *LIS/BCI*.

Como afirmamos anteriormente, o levantamento sobre os currículos brasileiros que realizamos para este trabalho não nos permite identificar o percentual entre teoria e prática no ensino de Catalogação. Em relação à carga horária, é valiosa a contribuição da pesquisa de Souza:

Ainda com relação à carga horária, percebe-se uma divergência muito grande em termos de quantidade de horas por disciplinas entre os cursos de Biblioteconomia brasileiros. A UNIRIO, por exemplo, reserva 270 horas da

carga horária total de seu currículo, enquanto que a UnB apenas 68. Pela experiência adquirida em alguns anos ministrando esta disciplina, acredita-se que em apenas 68 hs¹ não é possível preparar o rland para o exercício da importante tarefa que é a catalogação, com habilidade e competência para lidar com a diversidade de ambientes e de suportes atualmente existentes (SOUZA, 2009, p. 305-306)

Na questão relacionada à teoria e prática nas disciplinas ofertadas nos cursos brasileiros, a autora comenta:

(...) observou-se que, de modo geral, as mesmas, trabalham com o foco na prática catalográfica, tendo como instrumento de apoio e base de conteúdos o Código de Catalogação Anglo Americano, segunda edição (CCAA2) e os estudantes são orientados para o exercício e a elaboração de registros bibliográficos no formato de fichas tradicionais de catalogação 12,5cm x 7,5cm ou formato MARC (SOUZA, 2009, p.306)

Embora por vezes não documentado nos planos curriculares, sabe-se da presença de aspectos teóricos no ensino nas disciplinas em determinados cursos brasileiros. No entanto, baseando-nos em textos e em nossa experiência docente, podemos afirmar que a teoria precisa, obrigatoriamente, incluir-se nas disciplinas de catalogação, mesmo que em detrimento de alguns aspectos da prática. Cabe lembrar que os códigos mudam, a teoria permanece. Se um discente aprender a consultar as fontes, sem decorá-las, provavelmente saberá lidar com outras, ou saberá como, onde e quando buscar novas fontes.

3. Conteúdos desejáveis

Ressalte-se, antes de mais nada, que consideramos a carga horária de 180h/aula, ou doze (12) créditos, como ideal para a área, podendo chegar a um pouco menos ou um pouco mais, dependendo da distribuição do conteúdo, do uso de ferramentas como exercícios à distância, à exemplo do relatado por Silveira (2007), entre outros procedimentos. De qualquer modo, consideramos prejudicial à formação do profissional menos de 120h/aula sobre a matéria.

Em relação aos conteúdos propriamente, há que se considerar o desenvolvimento tecnológico e o quanto este afeta a catalogação, tanto no sentido de novas ferramentas, quanto no sentido de que a catalogação se tornará cada vez mais especializada e menos elaborada em diferentes instituições. Ou seja, centrais especializadas de catalogação permitirão a cópia de seus registros bibliográficos, distribuídos por meio da internet e de bancos de dados em linha. Caberá ao bibliotecário, de fato e necessariamente, ajustes visando a seu próprio público. Esse avanço não diminui os aspectos teóricos, nem o reconhecimento das ferramentas, nem a capacitação para construir bibliotecas digitais, ou a capacitação dos próprios usuários para utilizá-las.

Atualmente os catálogos Online de Acesso Público (OPACs) convivem com bibliotecas (físicas, digitais, eletrônicas, virtuais), que por sua vez convivem com repositórios, ferramentas de busca e assim sucessivamente.

Entendemos que o resultado esperado do produto final do processo de representação (descritiva ou temática) é a recuperação da informação por parte dos usuários. Tomemos como exemplo “nome” e “título”: podem ser dados descritivos – e recuperáveis,

¹ Cabe aqui uma correção: a única disciplina obrigatória de Catalogação na Universidade de Brasília tem apenas 60 horas, e não 68.

independentemente de o Sistema de Recuperação da Informação ou OPAC adotar o formato MARC ou Dublin Core, ou um terceiro formato de metadados. As regras que regem a ordem dos elementos descritos pertencem ao âmbito da Catalogação, complementadas por normas técnicas ou padrões, em geral de uso internacional. A Recuperação da Informação como disciplina ou área possui fundamentos e interesses bem delineados, enquanto o processo de recuperação em si pode ser estudado sob diferentes pontos de vista, interdisciplinares, inclusive.

Nesse sentido, advogamos pela maior inserção de conteúdos relacionados à Recuperação da Informação ou pós-organização da descrição. Concordamos com as palavras de Svenonius, que em 2000, afirmava:

Porque a descrição bibliográfica, quando manualmente realizada, é cara, parece provável que a “pré” organização da informação vá continuar a mudar gradativamente em direção à “pós” organização. A mudança hoje é refletida por uma ênfase de pesquisa do *design* de linguagens bibliográficas para o *design* dos motores de busca (...) Como os processos pelo qual a informação é organizada tornam-se cada vez mais automatizados, deve tornar-se viável incorporar algumas das estruturas de controle de informações, dispositivos e estratégias usados nas tradicionais linguagens bibliográficas e no projeto de sofisticados motores de busca “pós” organizados. (SVENONIUS, 2000, p. 195)

Já em 2006, Antelman, Lynema e Pace afirmavam que a tecnologia por trás dos catálogos esteve estacionada por décadas e discutiam o uso de um novo produto, Endeca²: suas funcionalidades, o processo de implementação e avaliação do catálogo na *North Carolina State University*. Entre as principais funcionalidades de um catálogo que possui o sistema Endeca, os autores destacam a tecnologia de busca e navegação avançadas, baseada em 3 principais áreas, detalhadas por eles no artigo: ranking de resultados por relevância, novas capacidades de navegação e incremento nas buscas por assunto (ANTELMAN; LYNEMA; PACE, 2006, p. 129).

Os autores comentam o apoio dos fornecedores do Endeca e a criação de uma equipe local que decidiria sobre o tipo de busca a ser utilizada, fundamentada na abordagem de busca por item conhecido. A equipe também escolheu as facetadas (ou dimensões) navegáveis, uma vez que o sistema permite a busca em campos MARC. Extraí, inclusive, dados daqueles campos nunca exibidos ao público em geral e, por conseqüência, oferta informações tais como: assunto tópico, data, língua etc. Ainda assim, a equipe manteve o que chama de “busca por autoridade”: autor, título, assunto e número de chamada.

No que tange à avaliação, o grupo reforçou a necessidade desse procedimento e a iniciou logo após a mudança de interface, mesmo sendo auto-evidente a melhoria (idem, p. 133). Das cinco medidas de avaliação identificadas, relatou a análise de *log*, que revelou diversos fatores, entre eles: a busca por assunto teve um aumento considerável, também por se ter tornado a busca padrão na interface; as facetadas/dimensões navegadas que poderiam sugerir mudanças; o funcionamento do corretor gramatical “Você quis dizer...?”. Ainda no quesito avaliação, examinou o conceito de relevância utilizado pelo Endeca como opção para organizar os resultados (“mais relevante” em primeiro lugar, por exemplo) e o sistema de recomendação (“mais como esses”), que utilizava subcampos da faixa de campos 6XX ou reiniciava a busca por qualquer autor presente no registro. “Mesmo sabendo que a relevância é um conceito subjetivo (...) é possível estabelecer níveis de relevância por tópicos” (idem, p. 134). Assim, os autores testaram o catálogo sem e com a camada do Endeca, o que resultou

² Endeca não é uma interface completa, mas uma poderosa ferramenta de busca que pode ser implementada em qualquer ambiente de organização da informação. Descrição e outras informações disponíveis em: *Library Technology Reports*, jul. aug. 2007, p. 19-22.

em uma *performance* 70% superior no catálogo baseado no produto. Um dado curioso decorrente desta avaliação é relatado pelos autores:

Embora este nível maior de desempenho seja impressionante, mascara algumas diferenças dramáticas nos respectivos conjuntos de resultados. Olhando para uma pesquisa ampla, "marsupial", todos os cinco primeiros resultados no Endeca possuíam "marsupial" no título e "marsupiais" ou "Marsupialia" como cabeçalho de assunto. O conjunto de resultados incluiu 78 registros (...). No conjunto de resultados do [catálogo] Web2, de apenas 29 registros, nenhum dos cinco primeiros continha "marsupial" no título ou cabeçalhos de assunto (e os dois melhores resultados, "Homenagens a Malcolm C McKenna" e "Plantas tóxicas e toxinas relacionadas", são altamente improváveis de serem relevantes). Não antes do décimo registro você vê o primeiro item que contém "marsupial" no título ou assunto. (ANTELMAN; LYNEMA; PACE, 2006, p. 134)

Este foi um dos 43 artigos analisados que versavam sobre catálogos, publicados no intervalo de 1996 a 2010, objetos de pesquisa de doutorado (MORENO, 2011). Fugindo ao escopo daquela pesquisa, apresentamos algumas reflexões também derivadas da leitura de artigos semelhantes a esse: estamos preparando os alunos de graduação para gerir, avaliar e pesquisar esta nova geração de catálogos? Conseguiremos transmitir estes conteúdos na reduzida carga horária que é destinada às disciplinas de Catalogação nos cursos de graduação? Quais as conexões com outras disciplinas curriculares são desejáveis para mostrarmos o *continuum* entre a Representação e a Recuperação? Deixaríamos essa formação para conteúdos extra-curriculares, em cursos de extensão? Como garantir que se incluam os preceitos fundamentais de organização, posto que a tecnologia por si só não consegue responder sozinha a esta demanda? Nas palavras de Robredo (2010, p. 41, grifo nosso):

O pior é que há bibliotecários 'tradicionais' que teimam em aplicar as novas tecnologias (hoje não tão novas, mas mutantes) para fazer o mesmo que já faziam, sem perceber que **a tecnologia da informação permite fazer muito, mas muito mais; inclusive continuar a fazer o que já se fazia, muito melhor e para o mundo inteiro.** (...) Caberia perguntar: Será que por uma brincadeira do destino os até há pouco tempo tão celebrados OPACs (*Online Public Access Catalogs*), e hoje perdendo fôlego, foram um prenúncio das bibliotecas tornadas **opacas** para a Web?

Jia Mi e Cathy Weng se propuseram a responder "Porque os catálogos são ineficazes? O que bibliotecas e bibliotecários podem fazer para proporcionar um OPAC tão bom ou melhor que as ferramentas de busca aos seus usuários?" em estudo publicado em 2008. As autoras investigaram as interfaces e capacidades de pesquisa e o *display* bibliográfico de 123 OPACs listados na *Association of Research Libraries* (ARL). A passagem a seguir (2008, p. 6) fornece uma ideia do que foi encontrado:

O *display* bibliográfico do OPAC é, em essência, uma versão eletrônica do catálogo em fichas. Para acomodar os dados bibliográficos a partir de catálogos em fichas, muitos rótulos de apresentação foram criados, mas frequentemente sem considerar se eles seriam adequados ao ambiente *online* [...]. Uma vez que as bibliotecas acadêmicas tem como objetivo proporcionar serviços mais dinâmicos e versáteis, a revitalização do OPAC da biblioteca deve ser considerada uma prioridade.

As autoras ainda argumentam que as regras das AACR e o formato MARC foram desenhados para uma época sem o *display* em mente. Mas os dados do formato MARC

podem ser usados para múltiplos propósitos, como ter um sistema que reconheça a existência de certos subcampos e produzir etiquetas de exibição específicas nesse sentido.

Acreditamos que, ao ensinarmos os conteúdos relacionados ao formato MARC (ou outro que venha a substituí-lo), ou ao ensinarmos o Código de Catalogação em vigor (ou outro que venha a substituí-lo), não podemos deixar de lado que a Representação é o elemento-chave que garantirá o sucesso da recuperação da informação, independentemente da tecnologia, norma ou formato utilizados.

Constatamos anteriormente que

Caso o catálogo não se transforme em *outra* coisa – seja pela mudança na aparência, na reorganização da informação externa e dos resultados, seja por agregar as facilidades e tecnologias das redes sociais, ele sempre será tido como uma “lista”, o reflexo de uma “bem organizada” coleção de “livros” e um instrumento de recuperação da informação “difícil” de usar. Isso não significa o abandono de regras, tampouco a negação de formatos e padrões, pelo contrário. É preciso mesclar o potencial destes dois mundos, como alguns OPACs já vem fazendo com sucesso; pressionar os vendedores de *software* para que se atualizem nas demandas dos usuários; deixar o comodismo e os preconceitos de lado, olhar para o catálogo como algo essencial, integrado à página da biblioteca, e aprender mais, principalmente em relação aos formatos e padrões que viabilizam todas as mudanças desejáveis em catálogos.(MORENO, 2011, p. 88)

Indagamos, então, sobre as contribuições que o ensino de graduação e o ensino continuado podem trazer a este cenário. Cremos que o caminho consiste, também, em maior estímulo à participação discente em congressos, seminários e encontros como este, sejam tais eventos organizados por associações ou agrupamentos de profissionais, professores e demais interessados.

Ao visualizarmos este conjunto de abordagens, parecem-nos implícitos nas disciplinas de catalogação os seguintes tópicos:

a) letramento informacional na área de catalogação: como usar as ferramentas digitais já existentes, como elaborar ferramentas digitais para a catalogação e, mais importante ainda, como ensinar ao público o uso das ferramentas à disposição. Tal ensino sobre o universo ciberespacial equivaleria às explicações que deveríamos sempre fazer sobre uso dos catálogos manuais, como se organizam, como buscar os tópicos de interesse, como se dá a organização nas estantes e nas prateleiras, a sinalização, entre outros aspectos fundamentais nas bibliotecas físicas;

b) ética da representação bibliográfica, o respeito ao multiculturalismo na catalogação;

b) o papel da catalogação e sua importância; os princípios da catalogação; os princípios dos catálogos (físicos ou virtuais); os modelos de requisitos funcionais para os registros bibliográficos (atualmente, FRBR, FRAD e FRSAD) e seus conceitos, com estudos específicos sobre alguns destes;

c) estudos de usuários com vistas ao levantamento de sua compreensão dos registros bibliográficos e dos elementos necessários ou dispensáveis destes registros, inclusive da linguagem de assuntos mais adequada, da melhor organização de acervos, físicos ou virtuais, ou do uso possível de recursos auditivos e imagéticos nos catálogos;

d) estudos sobre documentos, isto é, sobre os diversos tipos de registros do conhecimento, físicos ou virtuais, passíveis de catalogação; algumas considerações sobre o universo editorial;

e) ferramentas da catalogação, uso e aplicação das mesmas (ISBD, código em vigor, formato de automação, entre outros tópicos); elaboração e organização de catálogos, físicos ou virtuais;

f) breve histórico da catalogação e dos catálogos, de modo a situar a matéria no tempo e demonstrar sua importância;

g) análise, avaliação e testagem de novos produtos tecnológicos, desenhados para administração, organização e visualização de catálogos eletrônicos.

O ensino da catalogação, por si só, não pode formar um catalogador. Várias outras matérias ou disciplinas devem compor o currículo que leve à formação desejável. O aluno de catalogação precisará, também, de:

a) conhecimento de literatura, pelo menos, de literatura brasileira e contemporânea, com muita leitura. Quem não lê não consegue catalogar;

b) conhecimento sobre a sociedade, sobre a comunidade onde atua, com mais saberes e menos informação;

c) princípios teóricos da comunicação humana, para melhor compreender o papel mediador da catalogação;

d) conhecimentos básicos sobre a ciência da linguagem;

d) conhecimentos básicos de tecnologias da informação, aliados aos preceitos de organização.

4. Considerações finais

Dissemos no início deste trabalho que este seria um texto de constatação e não de contestação. Esperamos que também sirva à reflexão.

Uma breve revisão de literatura nos permitiu entrever as diferenças entre as expectativas de formação profissional nas realidades brasileira, americana e européia, mesmo que não extensivamente. Ressaltamos que as disciplinas da Catalogação, se consideradas de modo isolado, não se mostram capazes de formar um profissional completo na área. Por outro lado, trouxemos à apreciação os conteúdos implícitos ou desejáveis para a formação do catalogador, da própria área e de suas diversas correlatas.

Sabemos que o assunto não se esgota aqui e cada um verá, de acordo com suas próprias experiências, outros conteúdos ou prevalências nas disciplinas ministradas. Os catalogadores, por sua vez, ante seus saberes praticados no dia-a-dia, devem contribuir para o que sintam como necessário ao ensino, ou para identificar lacunas existentes na formação. A troca de ideias em encontros como este enriquecerá, certamente, o ensino de Catalogação.

Existe, não nos esqueçamos, o cotidiano docente: como alcançar e ministrar o conjunto desejável da matéria com os recursos disponíveis, ou como obter os recursos necessários. Deparamo-nos, também, com outros desafios: decidir o que ensinar, de que modo fazê-lo, como dividir os conteúdos, como integrá-los, para que não percam sua unicidade, como atender simultaneamente os aspectos teórico e prático e os reunir em um todo.

Afora os desencontros, em compensação, existem os aspectos positivos. Como dito acima, a catalogação patenteia-se cada vez mais importante e indispensável como teoria e como prática. Parece claro que a função de organizar e recuperar o conhecimento, ou os registros físicos ou ciberespaciais do conhecimento, ainda é um dos dois fundamentos que distinguem e caracterizam a profissão de bibliotecário.

5. Referências

ALA's core competencies of librarianship. Final version. [Chicago]: American Library Association, 2009. 5 p. Disponível em:< <http://www.ala.org/educationcareers/sites/ala.org.educationcareers/files/content/careers/corecomp/corecompetences/finalcorecompstat09.pdf>> Acesso em: ago. 2012.

ANTELMAN, K.; LYNEMA, E.; PACE, A. K. Toward a 21st century library catalog. **Information Technology & Libraries**, v. 25, n. 3, p. 128–139, 2006.

AUDUNSON, Ragnar. Library and information science education: is there a Nordic perspective? **IFLA General Conference and Council**, 71th, 2005, Oslo. [Papers]. Disponível em: <<http://www.ifla.org/IV/ifla71/Programme.htm>> Acesso em: jul. 2012.

BROUGHTON, V. et al. Knowledge organisation. In: KAJBERG, Leif; LØRRING, Leif (Eds.). **European curriculum reflections on Library and Information Science education**. Copenhagen: Royal School of Library and Information Science, 2005. p. 133-148. Disponível em: <<http://dspaceunipr.cilea.it/bitstream/1889/1704/1/EUCLID%20European%20LIS%20curriculum.pdf>>. Acesso em: jul. 2012.

CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia brasileira**. Brasília: Thesaurus, 2000.

CUTTER, Charles A. **Rules for a dictionary catalog**. 4th ed., rewritten. Facs. ed. London: Library Association, 1935 [original 1904]. Disponível também em formato digital em: <<http://digital.library.unt.edu/ark:/67531/metadc1048/>>.

DECLARAÇÃO dos princípios internacionais de catalogação. Trad. de Lidia Alvarenga e Márcia Milton Vianna. IFLA Cataloguing Section, 2009. Disponível em: <http://www.ifla.org/VII/s13/icp/ICP-2009_pt.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2009.

IFLA Standing Committee of the Section on Cataloguing. **International Standard Bibliographic Description (ISBD)**: preliminary consolidated edition. München: IFLA, K.G. Saur, 2007. Disponível em: <http://www.ifla.org/VII/s13/pubs/ISBD_consolidated_2007.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2007.

IFLA Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records. **Functional requirements for bibliographic records**: final report. UBCIM Publications - New Series, vol. 19. München: K. G. Saur, 1998.

IFLA Working Group on Functional Requirements and Numbering of Authority Records (FRANAR). **Functional Requirements for Authority Data**. Versão em espanhol de dezembro de 2008. Disponível em: <<http://www.ifla.org/publications/functional-requirements-for-authority-data>>. Acesso em: 16 jun. 2011.

KAJBERG, Leif; LØRRING, Leif (Eds.). **European curriculum reflections on Library and Information Science education**. Copenhagen: Royal School of Library and Information Science, 2005. 241 p. Disponível em: <<http://dspaceunipr.cilea.it/bitstream/1889/1704/1/EUCLID%20European%20LIS%20curriculum.pdf>>. Acesso em: jul. 2012.

LE MOS, A.A. Briquet de. **Sobre a editora**. [Brasília]: Briquet de Lemos/Livros, [2009?]. Disponível em: <http://www.briquetdelemos.com.br/sobre-nos>. Acesso em 14 ago. 2012.

MI, J.; WENG, C. Revitalizing the Library OPAC: interface, searching, and display challenges. **Information Technology & Libraries**, vol. 27, n. 1, p. 5–22, 2008.

MORENO, F. P. **Em busca dos objetivos bibliográficos: um estudo sobre catálogos**. Brasília, 2011. 162 f., il.(Doutorado em Ciência da Informação), Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10482/9896>>. Acessado em: 15 jul. 2012.

MUELLER, Suzana P. M. O ensino de Biblioteconomia no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 1985.

PATTUELLI, C. M. Knowledge organization landscape: A content analysis of introductory courses. **Journal of Information Science**, v. 36, 2010, p. 812-822.

RDA Toolkit. **Resource Description and Access**. Disponível em: <http://www.rdatoolkit.org/> . Acessado em: 11 de maio de 2012.

ROBREDO, Jaime. Ciência da informação e Web semântica: Linhas convergentes ou linhas paralelas? In: ROBREDO, Jaime; BRÄSCHER, Marisa (Orgs.). **Passeios pelo bosque da informação: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento**. Brasília DF: IBICT, 2010. 334 p. ISBN: 978-85-7013-072-3. Capítulo 1, p. 12-47. Edição comemorativa dos 10 anos do Grupo de Pesquisa EROIC; disponível em: <http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf> (Última atualização: mai-jun 2011). Acesso em: 13 jul. 2011.

SILVEIRA, N. C. Tecnologia em educação aplicada à Representação Descritiva. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 4, p. 88-109, 2007. Disponível em: http://143.106.108.14/seer/ojs/index.php/sbu_rci/article/viewFile/356/235

SOUZA, Terezinha Batista de. **O ensino da representação descritiva nos cursos da área de ciência da informação no Brasil e em Portugal**. 2009. Tese (doutorado)— Universidade do Porto, 2009.

SVENONIUS, E. **The intellectual foundation of information organization**. Cambridge, MA: MIT Press, 2000.

VIRKUS, S. et al.. Information literacy and learning. In: KAJBERG, Leif; LØRRING, Leif (Eds.). **European curriculum reflections on Library and Information Science education**. Copenhagen: Royal School of Library and Information Science, 2005. p. 65-83. Disponível em: <<http://dspaceunipr.cilea.it/bitstream/1889/1704/1/EUCLID%20European%20LIS%20curriculum.pdf>>. Acesso em: jul. 2012.